

As políticas de microcrédito na região metropolitana de Recife: a participação e o empoderamento das mulheres no programa crediamigo

Microcredit policies in the metropolitan region of Recife: the participation and empowerment of women in the crediamigo program

DOI:10.34117/bjdv7n4-331

Recebimento dos originais: 04/02/2021

Aceitação para publicação: 01/03/2021

Mirella de Lucena Mota

Formação: Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco,
Doutoranda em Serviço Social pela UFPE.

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Avenida dos economistas s/n, sala C-24, 1º andar. Recife - Pernambuco.
CEP: 50740-590.

E-mail: mirelladelucena@gmail.com

Tarcísio Regis de Souza Bastos

Formação: Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco

Instituição: Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE

Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002

E-mail: tarcisoregis1@hotmail.com

Leonardo Soares da Silva

Formação: Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e especialização em MBA -EXECUTIVO EM NEGÓCIOS pela Universidade Norte do Paraná.

Instituição: Banco do Nordeste – Fortaleza

Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, 5700 - Passaré, Fortaleza - CE, 60743-902

E-mail: leonardoss@bnb.gov.br

Umbelina Cravo Teixeira Lagioia

Formação: Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco.

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Endereço: Av dos Reitores s/n, Cidade Universitária, Recife, PE – Brasil. CEP: 50670-901.

E-mail: umbelinalagioia@gmail.com

André de Souza Melo

Formação: Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Instituição: Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Endereço: Rua. Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, Recife, PE – Brasil, 52171900.

E-mail: andredesouzam@gmail.com

Moises Benigno da Silva

Formação: Mestre em Ciências da Computação (CIn/UFPE)

Instituição: Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE
Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002
E-mail: moisesb@prof.fafire.br

João Paulo Nogueira de Oliveira

Formação: Mestre em ciências da computação
Instituição: Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE
Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002
E-mail: joaoo@prof.fafire.br

Carlos Henrique Michels de Sant'Anna

Formação: Mestrado em Engenharia de Produção – UFPE
Instituição: Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE
Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 921 - Boa Vista, Recife - PE, 50060-002
E-mail: carlosm@prof.fafire.br

RESUMO

Nos últimos anos as mulheres têm se inserido e participado mais ativamente do setor socioprodutivo a partir de atividades microempreendedoras. As políticas de microcrédito no Brasil visam diminuir as desigualdades históricas que se caracterizam por grandes disparidades regionais, o Programa Crediamigo, por exemplo, foi criado para elevar o acesso ao crédito na região nordeste, num contexto de grande concentração econômica na região sudeste, e assim contribuir também com a diminuição da pobreza. Percebe-se que, dentre as variadas desigualdades sociais visualizadas no país, a desigualdade de gênero segue sendo uma pauta importante de debate, requerendo emergência de intervenções. Assim, este trabalho surge como um estudo exploratório que busca contribuir com a discussão que aprofunda a relação do campo de estudos de microcrédito com o campo de estudos sobre as questões de gênero. Tem por objetivo analisar, a partir de dados cadastrais do Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife/Pernambuco, como se caracteriza a participação das mulheres em ações microempreendedoras, considerando-se a perspectiva do empoderamento. Como resultados, constatamos que o conceito de empoderamento, embora venha sido apresentado de forma indiscriminada em alguns discursos, pode indicar algumas possibilidades de participação das mulheres numa perspectiva relacional que valoriza o trabalho coletivo e solidário, assim como pressupõe a luta feminista. Também comprovamos a crescente participação das mulheres enquanto beneficiárias do Programa Crediamigo, o que pode apontar alguns impactos positivos dessa política na vida das mulheres.

Palavras-chave: microcrédito, empoderamento, empreendedorismo, Crediamigo, mulheres.

ABSTRACT

In recent years, women have inserted themselves and participated more actively in the socio-productive sector through micro-entrepreneurial activities. The microcredit policies in Brazil aim to reduce the historical inequalities that are characterized by large regional disparities, the Crediamigo Program, for example, was created to increase access to credit in the northeast region, in a context of great economic concentration in the southeast region, and thus also contribute to the reduction of poverty. It can be noticed that, among the various social inequalities visualized in the country, gender inequality continues to be

an important topic of debate, requiring the emergence of interventions. Thus, this work emerges as an exploratory study that seeks to contribute to the discussion that deepens the relationship between the field of microcredit studies and the field of studies on gender issues. It aims to analyze, based on data from the Crediamigo Program in the Metropolitan Region of Recife/Pernambuco, how the participation of women in micro entrepreneurial actions is characterized, considering the perspective of empowerment. As results, we found that the concept of empowerment, although it has been presented indiscriminately in some discourses, can indicate some possibilities of women's participation in a relational perspective that values collective and solidary work, as well as presupposes the feminist struggle. We have also verified the growing participation of women as beneficiaries of the Crediamigo Program, which may point to some positive impacts of this policy on women's lives.

Keywords: microcredit, empowerment, entrepreneurship, Crediamigo, women.

1 INTRODUÇÃO

Num contexto de relações sociais desiguais de gênero, marcado no âmbito do mercado de trabalho, predominantemente, por diferenças nas relações de trabalho e de oportunidades de acesso a crédito, percebemos que nos últimos anos vêm ocorrendo um aumento da participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro.

Historicamente, as mulheres vivenciam as relações na esfera do trabalho de forma desigual em relação aos homens, e, diante de um contexto de trabalho precário nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, dadas as novas configurações do modo de produção capitalista com o advento da ideologia neoliberal, o mundo do trabalho apresenta alterações que podem ser sinteticamente expressas como precarização nas suas condições de execução e como flexibilização no que se refere à relação entre as classes sociais, como forma de adequação às condições da crise estrutural do capital.

Com a reestruturação produtiva ocorreram grandes mudanças nos processos de produção, tendo como base o paradigma da flexibilidade, que rompe com o modelo fordista/taylorista, no qual se fazia imprescindível o caráter especialista de determinada fase da produção ou do manuseio de certa máquina, de cada trabalhador/a. Neste modelo acontece o movimento contrário, desespecializa-se o/a trabalhador/a, ao mesmo tempo em que se faz necessário sua polivalência.

Assim, surgem novas formas de precarização do trabalho, como a informalidade. Para Antunes (2008), dentre outras características, a sociabilidade neoliberal é caracterizada pela competitividade, trabalho voluntário e colaboração social, como as

mais distintas formas de trabalho precarizado, e o empreendedorismo não está alheio a esta dinâmica.

De acordo com Helena Hirata (2009), as mulheres representam uma categoria singular dentre os grupos sociais atingidos pelo trabalho precário, a partir dos lugares que ocupam no conjunto dos trabalhadores assalariados. Assim, devem receber atenção singular os estudos que se preocupam a problematizar tais especificidades. Estes estudos têm recebido atenção especial nas pesquisas francesas.

No que diz respeito ao Brasil, sendo este um país marcado por contextos de vulnerabilidade e exclusão social, o fenômeno da pobreza fez surgir à necessidade de políticas públicas de intervenções econômicas e sociais no modelo de transferência de renda e de acesso a crédito, como os Programas de Microcrédito.

Podemos entender o microcrédito como uma forma de tecnologia social, investidora no capital social, que é capaz de ultrapassar o caráter pontual da ação de um/a microempreendedor/a alcançando também toda a comunidade, pelo fato de gerar não somente renda, mas também relações de trabalho e de sociabilidade. (PUTNAM, 2000).

O Programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil, conhecido como Programa Crediamigo, surgiu em 1998 como uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, e faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal, para incentivar a inclusão produtiva da população pobre.

Segundo Géssika Silva (2007), o governo federal brasileiro tem se preocupado em estabelecer políticas públicas que priorizem as particularidades do trabalho das mulheres, incentivando a participação destas em ações de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, no sentido de alcançar a autonomia econômica e financeira das mulheres. Assim, além de se caracterizar como política pública de superação da pobreza e da exclusão social, o microcrédito busca também a promoção da igualdade de gênero e de raça.

Portanto, este trabalho objetiva analisar, a partir de dados cadastrais do Programa Crediamigo na Região Metropolitana de Recife/Pernambuco, como se caracteriza a participação das mulheres em ações empreendedoras, considerando-se a perspectiva do empoderamento delas.

2 METODOLOGIA

O estudo em questão, trata-se de um estudo exploratório, que une a análise qualitativa com a quantitativa, por entendermos que esses tipos de análise não são excludentes e sim complementares.

Para o alcance dos objetivos desse trabalho, primeiramente buscamos na revisão de literatura analisar como as categorias “empreendedorismo”, “mulheres” e “microcrédito” se relacionam e se apresentam na literatura produzida nos últimos cinco anos. Para tanto, foi feita a revisão de dissertações e teses, bem como por periódicos no Portal da CAPES e nas bases Scielo e Ideas.Repec.

Priorizamos a utilização de textos mais atuais com a finalidade de compreender e analisar o estado da arte na temática. É importante demarcar que, no Brasil, os trabalhos sobre Microcrédito, no que diz respeito ao aprofundamento das questões que envolvem discussões de gênero, ainda são recentes.

Para a análise quantitativa utilizamos dados do Programa Crediamigo provindos da base de dados do Banco Nordeste, a fim de traçar um perfil das mulheres cadastradas no Programa apenas no ano de 2016, a partir de uma amostra aleatória de 198 beneficiárias/os do Programa, entre os meses de janeiro a abril. Este recorte temporal foi escolhido por ser o mais atual e também pela necessidade de delimitação da amostra dos dados, que se apresentam em quantidade expressiva. O lócus da pesquisa se debruça sobre alguns municípios da Região Metropolitana de Recife, são eles: Abreu e Lima, Araçoiaba, Igarassu, Itamaracá, Olinda e Paulista.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO

Yara Bulgacov, Denise de Camargo, Sieglind da Cunha, Maria Lucia Meza, Regina Souza e Suzana Tolfo (2010), ao se debruçarem sobre a análise da crescente participação das mulheres na atividade empreendedora refletem que o simples fato deste aumento ser visível, não nos diz em que condições esse trabalho é desempenhado. Assim, destacam a importância de analisar o empreendedorismo feminino frente às transformações no mundo do trabalho. É necessário, portanto, entender que a ação empreendedora por si só não garante o trabalho decente, remunerado de forma adequada e com garantias seguras de liberdade, equidade e possibilidade de emancipação por parte das mulheres.

As autoras retomam os estudos de Claudia Nogueira (2004), que destaca que a feminização no mundo do trabalho será positiva se conseguirmos avançar na perspectiva da emancipação das mulheres ao passo que ocorra a diminuição dos mecanismos de dominação patriarcal no espaço doméstico; e será negativa se tais transformações acarretarem o aumento do trabalho precário das mulheres.

Essas transformações se referem, por exemplo, no contexto brasileiro, ao maior nível de escolaridade das mulheres em relação aos homens, ao menor número de filhos e às mudanças nas estruturas familiares, bem como novos valores que são atribuídos aos lugares ocupados por mulheres na sociedade, e ainda, como ressalta Helena Hirata em entrevista concedida a Patrícia Mariuzzo (2006), referem-se às consequências positivas do processo de globalização, este, porém, ao mesmo tempo em que produz novas relações sociais, cria também novas formas de precarização do trabalho das mulheres.

Vale destacar que o empreendedorismo é uma prática que vem sido recorrente nos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, e decorre, dentre outros fatores, da necessidade de saída da condição de pobreza por parte da população. Assim, mesmo que destaquemos algumas mudanças que conferem às mulheres novos lugares na sociedade e posições de provedoras familiares, é importante atentarmos que esses valores e posições são localizados regionalmente, diferindo conforme as características e peculiaridades culturais, sociais e econômicas de distintas comunidades.

Ainda segundo Yara Bulgacov et al (2010), fatores socioculturais persistem em oposição aos avanços na inclusão socioprodutiva das mulheres, pois estes fatores continuam atribuindo às mesmas a responsabilidade sobre o cuidado com os filhos, à família e às atividades domésticas.

Assim, as mulheres seguem vivenciando um contexto de precarização, que também reverbera na vida das mulheres empreendedoras, na medida em que a crescente participação destas na sociedade brasileira reflete a flexibilidade do mercado e seus efeitos nas relações sociais, pois é na ação empreendedora que elas buscam a satisfação das necessidades básicas de produção e reprodução da vida, de manutenção da família ou de complementação da renda familiar.

Nitin Bhatt e Shui-Yan Tang (2002), destacam em seu trabalho a importância do microcrédito para as mulheres e sua independência, além de citar que as mulheres não enxergam os programas de microcrédito apenas como uma fonte de renda para consumo, mas também como uma forma de manter as crianças de suas famílias.

Para além das necessidades econômicas, existem também estudos que apontam motivações de outras ordens para o crescente aumento das mulheres na ação empreendedora. Cibele Martins, Luciana Crnkovic, Nadia Pizzinatto e Emerson Maccari (2010), por exemplo, entendem que o crescimento da participação das mulheres no empreendedorismo se refere a uma busca por realização pessoal e crescimento profissional, representando esta ação empreendedora uma opção de vida mais promissora, que requer uma maior e intensa dedicação, envolvendo diretamente aspectos de organização de tempo, de disposição e empenho pessoal. Essas autoras acreditam que com a maior inserção das mulheres será possível alcançar o equilíbrio entre homens e mulheres na cena empreendedora, incluindo-se nesta o cenário favorável de desenvolvimento das pequenas empresas.

E é nesta perspectiva específica, no âmbito das pequenas empresas, que se remetem os Programas de Microcrédito, foco do nosso estudo.

O MICROCRÉDITO COMO POLÍTICA PÚBLICA QUE CONTRIBUI COM O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

Nathália Moreira (2016) considera que muitos estudos têm se preocupado em pensar como as microfinanças podem contribuir para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais e, neste sentido, alguns estudos sobre microcrédito, como os de Mario Monzoni Neto (2006), Joaquim Fernandes (2010) e Petra de Kruijf (2014), têm destacado em suas pesquisas a importância e influência do microcrédito, enquanto instrumento de política pública de geração de emprego e renda, na contribuição para o empoderamento das mulheres.

O termo empoderamento passou a ser usado amplamente nas pesquisas que envolvem mulheres como forma de dar visibilidade à necessidade de desenvolvimento pessoal e econômico das mesmas, no entanto não existe um conceito único sobre empoderamento, sendo difícil defini-lo. (KRUIJF, 2014).

Cecília Sardenberg (2006), preocupada em conceituar “empoderamento” a partir da perspectiva feminista, ressalta que o termo surgiu primeiramente no ativismo feminista e em movimentos de base para depois ser transformado em objeto de preocupação teórica, nesse sentido a autora, fundamentada nos estudos de Aithal (1999) e Allen (2005) ressalta que ocorreram dois caminhos diversos: um de apropriação pelas academias, a partir da perspectiva feminista sobre “poder” e outro movimento de tomada do termo pelos

discursos sobre “desenvolvimento”, perdendo seus direcionamentos mais radicais, passando a ser visto com desconfiança por algumas feministas.

Cecília Sardenberg (2006) analisa que essa desconfiança tem fundamento, tendo em vista o uso indiscriminado do termo. Para muitas agências de fomento, instituições e órgãos estatais o empoderamento das mulheres é visto como uma forma de alcançar o desenvolvimento, a democracia e diminuir a pobreza, porém não como um fim em si mesmo; e já na perspectiva feminista, além da preocupação com a superação das desigualdades sociais, como a pobreza, falar de empoderamento é um processo mais amplo de busca pela autonomia e emancipação das mulheres, ele implica no questionamento da ordem patriarcal e no fim da opressão de gênero.

Outro ponto a sofrer divergências é o fato de que, em alguns estudos sobre desenvolvimento, têm-se priorizado análises individuais, num direcionamento mais cognitivo, que acabam por reiterar posições neoliberais e descontextualizam as sujeitas dos âmbitos sociopolítico, histórico e solidário (LEON, 2001), quando, contrariamente, a luta feminista enfatiza o poder da luta coletiva das mulheres, e nessa perspectiva, o empoderamento deve incluir tanto mudanças individuais como coletivas. (SARDENBERG, 2006).

Destarte, é importante tornar visível as ações que se comprometam e promovam o empoderamento em respeito a essa lógica ampliada, numa perspectiva realmente transformadora da vida das mulheres. Como as ações de microcrédito, especialmente na América Latina, tem ganhado potencialidade e despertado o debate do empoderamento, é necessário refletir com qual noção de empoderamento estas ações têm se comprometido nas políticas públicas brasileiras.

O microcrédito surgiu como uma forma de democratização do acesso ao crédito, a partir de uma experiência exitosa que ocorreu em Bangladesh, conhecida por *Grameen Bank*, e ganhou difusão no Brasil, ainda segundo Natália Moreira (2016), na década de 1970. Nessa mesma década as discussões sobre gênero e pobreza começaram a ser inseridas nas agendas políticas das organizações internacionais e nas academias do país, e foi na década de 1990 que o microcrédito ganhou maior amplitude nas políticas públicas brasileiras.

Em de 25 de abril de 2005 foi promulgada a Lei nº 11.110, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Este tem por objetivo fornecer e garantir o incentivo da geração de trabalho e renda para os/as microempreendedores/as populares.

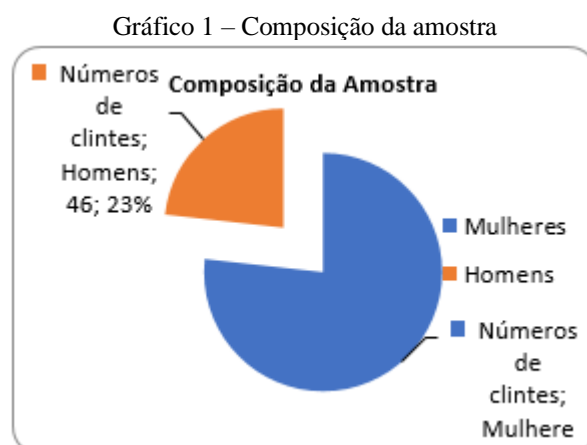
Como exemplo de Microcrédito Produtivo Orientado, foi criado em 1998, pelo Banco do Nordeste, o Programa Crediamigo, com o objetivo de conceder crédito a microempreendedores/as de baixa renda na região do Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Suas ações, além do fornecimento de crédito, incluem a capacitação gerencial para os/as tomadores/as de crédito, utilizando-se de uma metodologia de trabalho com grupos solidários. O Crediamigo foi pensado como política de diminuição das desigualdades sociais e de renda, num contexto onde a concessão de microcrédito se concentrava na região sudeste. (OLIVEIRA, ANDRADE E GONÇALVES, 2010).

Nesse sentido, buscamos refletir, a seguir, como se dá a participação das mulheres, em relação à dos homens, no Programa Crediamigo em alguns municípios da Região Metropolitana de Recife.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROGRAMA CREDIAMIGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE

Como relatado anteriormente no campo da metodologia, a pesquisa buscou abordar aspectos relativos ao Programa Crediamigo, que valorizem a importância do Programa para as questões do empoderamento das mulheres. Para isto, foi observada uma amostra de 198 pessoas que estão constituindo a carteira ativa de clientes do Programa, através de seus cadastros atualizados com base no ano de 2016.

Através dos dados, pode-se perceber que ao menos na amostra escolhida, existe uma grande concentração de mulheres no Programa, como fica perceptível no gráfico 1.



Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

De acordo com exposto acima, decidiu-se concentrar a análise prioritariamente nas mulheres para atingir os objetivos do trabalho, mas poderão ser feitas algumas

comparações acerca de variáveis que demonstrem a importância do Crediamigo para as mulheres.

Em relação a variável idade, foi constatado que as beneficiárias da amostra estão compreendidas entre 18 e 74 anos, com uma média de idade de aproximadamente 42 anos. Esse perfil é bastante similar ao encontrado na estratificação sobre os homens, em que se tem como valor mínimo 20 anos e máxima de 73 anos, tendo assim uma média de 45 anos.

Em relação à distribuição espacial da amostra, na tabela 1 se observa que existe uma participação maior das mulheres que residem nos municípios de Paulista e de Igarassu, sendo que a média de idade das mulheres destes municípios é similar à apresentada na amostra total de mulheres.

Tabela 1 – Distribuição espacial das mulheres da amostra

Município	Número de clientes por município	Idade média dos clientes
Abreu e Lima	15	43
Araçoiaba	5	30
Igarassu	35	42
Itamaracá	10	36
Olinda	5	50
Paulista	82	43
Total / Média Geral	152	42

Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

Sobre a natureza dos contratos de crédito (tabela 2), pode-se perceber que basicamente existiram duas categorias diferentes na amostra, são elas: renovação de crédito (esta se dá quando o cliente já possuía contrato prévio) e o 1º empréstimo (para pessoas que não faziam parte do Programa em outros ciclos). De acordo com os dados obtidos para a pesquisa, os homens possui um percentual maior de contratos de renovação de crédito, mas, tanto em números absolutos como em números relativos (percentual), as mulheres têm buscado mais os benefícios do Programa através do primeiro empréstimo.

Tabela 2 – Natureza dos contratos de Microcrédito

	Mulheres	Homens
Renovação	87,5%	93,5%
1º Empréstimo	12,5%	6,5%

Fonte: Elaboração própria com base em dados trabalhados do BNB.

Em relação aos valores recebidos pelo Programa, pode-se perceber que embora a amostra apresente grande representatividade de mulheres ativas, foi constatado que, em média, as mulheres pegam empréstimos menores do que os homens. Os valores médios são de R\$ 1900,00 para as mulheres e de R\$ 2500,00 para os homens, esses valores demonstram uma grande diferença quando se compara os sexos, mas vale ressaltar que essa diferença não é explicada por nenhum posicionamento ou requisito do banco sobre os empréstimos, o fato é que as mulheres solicitam em média valores menores do que os homens para financiamento de suas atividades produtivas.

Outro aspecto diz respeito à inadimplência dos contratos de crédito em Programas de microcrédito, como o Programa Crediamigo, a qual, em geral, é baixa, pois, por se tratar de crédito produtivo orientado, os/as clientes cumprem os requisitos acordados em contrato. Na amostra observada, pode-se perceber que as mulheres apresentam uma taxa menor de inadimplência que os homens, ou seja, elas apresentaram um índice de apenas 2% de não pagamento do crédito solicitado, enquanto os homens apresentaram uma inadimplência de 6,5%, mais do que o triplo que as mulheres.

É prudente dizer que uma operação de crédito concedido às mulheres possui uma capacidade de recuperação maior, em outras palavras, a instituição que concede o crédito, possui menos chance de prejuízo.

4 CONCLUSÕES

A análise dos dados demonstrou que efetivamente está ocorrendo uma maior participação das mulheres em ações de microcrédito, como o exemplo do Programa Crediamigo.

No mesmo sentido a revisão de literatura explicitou o contexto de realização dessa participação, num cenário ainda bastante desigual que ressalta a importância da transversalização das questões de gênero nas políticas públicas.

Uma característica a ser ressaltada é o fato da metodologia do Programa Crediamigo se dar pela operacionalização de grupos solidários, que se

corresponsabilizam pelas ações dos/as microempreendedores/as envolvidos. Tal metodologia, a nosso ver, apresenta um comprometimento com a transformação social, representando a perspectiva de empoderamento a qual valoriza as ações coletivas na sociedade. Não deixa de ser um desafio, principalmente no contexto atual de crise, analisar os impactos dessas políticas e perceber se as mesmas vêm sendo operadas no sentido de contribuir com o empoderamento das mulheres e não apenas no sentido estritamente desenvolvimentista.

É de extrema importância problematizar e aprofundar o contexto de exercício das atividades dessas microempreendedoras, ressaltando-se a relevância de estudos que visibilizem os avanços e desafios dessas políticas de microcrédito na vida das mulheres, bem como a contribuição efetiva na diminuição das desigualdades entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

AITHAL, Vathsala. Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice”. Working Papers, Kvinnforsk, University of Tromso, 1999. Disponível em:< http://home.arcor.de/aithal/pdf/Aithal_Vathsala.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

Allen, Amy. Feminist Perspectives on Power. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

BHATT, Nitin; TANG, Shui–Yan. Determinants of repayment in microcredit: Evidence from programs in the United States. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26, n. 2, p. 360-376, 2002.

BULGACOV, Yara Lucia; CAMARGO, Denise de; CUNHA, Sieglind Kind da, MEZA, Maria Lucia; SOUZA, Regina Márcia; TOLFO, Suzana da Rosa. Atividade empreendedora da mulher brasileira: trabalho precário ou trabalho decente. **Psicologia Argumento. Curitiba**, v. 28, n. 63, p. 337-349, 2010.

FERNANDES, Joaquim Alarico Araújo. **A importância do gênero no desenvolvimento das atividades do microcrédito: caso português**. 2010. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais). Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2010.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, v. 11, n. 21, 2009.

KRUIJF, Petra de. **Empoderamento, gênero e microcrédito - A Política de Microcrédito na Região Metropolitana de Recife**. 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Leiden, 2014.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, no. 13, 2001, p. 94-106.

MARIUZZO, Patrícia. Socióloga discute o desemprego e a questão de gênero no mundo do trabalho. **Inovação Uniemp**, Campinas, v. 2, n. 5, dic. 2006 .

MARTINS, Cibele; CRNKOVIC, Luciana Helena; PIZZINATTO, Nadia; MACCARI, Emerson Antonio. Empreendedorismo feminino: características e perfil de gestão em pequenas e médias empresas. **Revista de Administração da UFSM**, v. 3, n. 2, p. 288-302, 2010.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). 2006. 195 f. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Nathalia Carvalho. **Microcrédito e Empoderamento de Mulheres:** o caso do Banco Popular Crédito Solidário. 2016. 110 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **Feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Thiago; ANDRADE, Magali GONÇALVES, Andersonn. **A teoria do tripé Schumpeteriano e o papel do microcrédito no desenvolvimento econômico uma análise do Crediamigo.** In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, Natal, 2010.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone.** New York: Simon and Schuster, 2000.

SARDENBERG, Cecília MB. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. **I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres-Projeto TEMPO, Salvador, Bahia,** 2006.

SILVA, Géssika Cecília Carvalho da. **Espírito empreendedor feminino:** relações de gênero, informalidade e microcrédito no Grande Recife. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.